

Heritage Archaeology : The Thinking of Building

Abstract: The object of this text is to contribute with the establishment of precepts for the building of Heritage Archaeology. Through a reflection on cultural heritage discourse and archaeological knowledge, presents in archaeological heritage concept.

Keys Words: Heritage Archaeology, Archaeological Heritage, Archaeology and Heritage.

Resumo: Este texto, tem por finalidade contribuir com o estabelecimento de preceitos, para a construção de uma Arqueologia Patrimonial. Através, de uma reflexão sobre o discurso do patrimônio cultural e do saber arqueológico, na formação do conceito de patrimônio arqueológico.

Palavras Chave: Arqueologia Patrimonial, Patrimônio Arqueológico, Arqueologia e Patrimônio.

O PENSAR UM “PATRIMÔNIO”...

“Patrimônio...palavra que nos deixa uma sensação de desconforto – é uma tema sobre o qual já se disse tudo e, todavia, ainda parece que está tudo para dizer. Talvez porque associemos à palavra algo que se esvai, que se esgota, que se desvanece...e que queremos desesperadamente recuperar na sua totalidade mítica, que é rigorosamente utópica, porque o que queremos salvar como patrimônio nunca existiu” (JORGE, 2000:18).

A idéia de patrimônio surge pela primeira vez como uma concepção de passado que garantiria a continuidade de uma determinada cultura. Este patrimônio que, na visão dos romanos era um bem privado e após o renascimento torna-se um bem público, adquire uma outra inversão quando a memória é fragmentada pela materialidade presente na sociedade, e é mantida pelo poder público com o interesse direto no presente. O acesso ao conhecimento histórico através da formulação da concepção de patrimônio envolve vários elementos

combinados entre situações políticas, valores econômicos e atitudes pessoais. Assim, o patrimônio transforma-se em valor, em capital,² e como tal deve ser gerido.

Segundo Reginaldo Santos (SANTOS, 1996) as construções sobre o conceito de patrimônio não podem ser entendidas somente como reflexo das ações somadas de diversos agentes no processo de transformação da idéia, e sim, como o resultado de invenções discursivas previamente formuladas e com o propósito de formar uma consciência histórico-cultural definida. Pois a sociedade impõe sobre todas as suas significâncias um processo de objetificação³ que é “...a tendência lógica ocidental de materializar as coisas.” e dar, no caso do patrimônio, a sua visibilidade e uso (SANTOS, 1996:11-13).

“Tomando a diferenciação de Riegl, ressalta Choay que a diferença fundamental entre o monumento e o monumento histórico é que o primeiro foi criado deliberadamente para relacionar a memória e o presente dos indivíduos, ao passo que o último é criado posteriormente à construção de determinada estrutura, no momento em que esta é preservada entre várias edificações existentes” (POSSAMAI, 2000:15).

A noção de patrimônio como a conhecemos hoje nem sempre foi assim, sua função foi sendo modificada ao longo dos séculos, incorporando novos valores e perdendo antigos referenciais. Apresentando-se como objeto de preocupação já durante a segunda metade do século XIX, a noção de patrimônio consolida-se mesmo com os processos de formação dos Estados Nacionais, onde serve como justificativa ideológica para a construção de uma identidade nacional.

“Uma vez que foi capaz de propiciar a reunião de restos materiais passíveis de identificar a nação de uma forma homogeneizada, cumprindo várias funções simbólicas, a noção de patrimônio passou a ser fundamentada pelo seu caráter moral e pedagógico” (POSSAMAI, 2000:16).

No Brasil de 1910 a idéia de patrimônio nasce impregnada por esta imagem de formação da nação, mas é constantemente ameaçada pelas concepções desenvolvimentistas. Com a instituição do SPHAN em 1937, o patrimônio começa a absorver uma nova roupagem onde o monumento é visto como um artefato cultural construído para representar o passado e não constituído para celebrar o presente. Esta visão é instaurada por um projeto modernista, formado por um grupo de arquitetos que possuíam uma perspectiva estética e parcial da

¹ Mestre em Gestão do Patrimônio Cultural, Arqueólogo Historiador pesquisador colaborador Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia /Universidade Católica de Goiás/Fundação Aroeira.

² “O capital simbólico – outro nome da distinção – não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando reconhecido como algo óbvio” (BOURDIEU, 2000:145).

história nacional (RODRIGUES, 1998:88). A construção do discurso sobre o patrimônio artístico e histórico nacional é a primeira ação da academia, que depois tem na sua institucionalização o objetivo máximo de suas atividades. É nestas ações que este colegiado formado de “*saberes consagrados*”, “*conhecimentos acima de tudo*” e “*erudição humanista universal*”, apresentava sua honrabilidade exemplar, e consolidava de forma simbólica e material a idéia sobre o patrimônio no que pode ser chamado de ato performativo, ou o tombamento. Portanto, a retórica do patrimônio é utilizada para garantir à sociedade valores de cidadania e o bem público, em uma especificidade de escolhas tomadas a cabo por um grupo, com objetivos temporais e espaciais previamente definidos (SANTOS, 1996:85).

Durante a década de 1950, a “problemática” do patrimônio e sua visão particular perde o interesse tanto para o governo como para a sociedade, ocasionado novamente pelas propostas desenvolvimentistas. Já em 1960 ocorre uma revalorização onde o patrimônio transfigura-se em um tipo de instrumento de integração nacional e turístico (inclusive com o surgimento da Embratur em 1966). Mas é após 1970 que modificações mais profundas começam a ocorrer tanto na formulação da idéia de patrimônio como em seus agentes, com a valorização das culturas regionais e a mudança do discurso – que acaba por abarcar a multiplicidade e a diversidade dos fazeres cotidianos da população – uma nova concepção de identidade nacional começa a ser garantida. Este alargamento com a inclusão no discurso dos “*excluídos da história*” ocasiona uma mudança também no próprio corpo da instituição, com a soma de profissionais de diferentes áreas de atuação e onde o discurso antropológico começa a firmar espaço (FONSECA, 1996:154). Assim, a incorporação de diferentes grupos da sociedade representados através de etnias, gêneros, crenças etc, é uma verificação de como ocorre esta apropriação da temática do patrimônio, e é na defesa de sua visibilidade e reconhecimento que estes novos agentes vão incorporar o discurso sobre o patrimônio em suas reivindicações. A atitude tomada pelo governo – que agora não se restringe somente a esfera federal, mas trata o patrimônio também nos níveis estaduais e municipais – é exercida quanto da necessidade de tratar com elementos que antes eram desconhecidos ou marginalizados na historicidade nacional. O acréscimo da complexidade cultural ao discurso do patrimônio, após 70, acaba por suscitar questões também sobre o conjunto cultural, o patrimônio ambiental e os produtos de práticas culturais e lugares de memória.

“Como constructo social, é na elaboração de enunciados discursivos que se expressam as disputas em torno da atribuição do valor a determinado objeto cultural. Neste contexto, pode-se observar a presença de um campo relativamente autônomo que se preocupará com a elaboração e difusão da noção de patrimônio, estabelecendo discussão referentes aos bens culturais que devem ser

³ Entendido como o processo em que o homem dissocia o produzir, que lhe é próprio, do produto, de tal modo que o pode conhecer, tornando-o objeto da sua consciência.

incluídos neste estatuto, por serem portadores de atributos e características determinadas” (POSSAMAI, 2000:17).

Portanto, retomando Santos, as transformações ocorridas na percepção e mesmo na prática dos discursos construídos sobre o patrimônio estabelecem uma noção disto que pode ser chamado como: “*artefato literário*”. Pois o patrimônio aqui assume outras funções impostas por seus interlocutores, o de elemento pedagógico e político também. Desta forma o patrimônio nestes vários contextos é entendido enquanto propriedade de um determinado grupo no espaço e no tempo e, portanto, “*objeto de desejo*” – que se estabelece como ideal a ser alcançado – do que antes era passado mítico e agora é multiplicidade cultural. Outra roupagem que a idéia de patrimônio assume é quando este travesti-se com uma percepção material de idéias, e para tanto, transforma-se numa “*alegoria*” que vem a representar toda uma objetificação do interesse presente. Já que o processo de “*invenção cultural*”, é o “*...produto de ações humanas histórica e sócio-culturalmente situadas*” (SANTOS, 1996:12-28).

“Tomando o patrimônio do ponto de vista da investigação científica, é de suma importância que este seja tomado como objeto de estudo de diferentes disciplinas, no sentido de tentar melhor compreender como ele se constitui em marcos preservados em nossas cidades e como é difundido na sociedade como representação das identidades dos grupos sociais. Não se trata da indagação estéril de por que se preserva, mas da busca das motivações mais escondidas presentes neste processo, lançando perguntas a prédios, monumentos ou artefatos, difundidos como pertencendo e representando a todos indistintamente e apresentados como inquestionáveis” (POSSAMAI, 2000:23).

Partimos, então, do princípio que o patrimônio é um “*empreendimento lingüístico*” ou “*...um conjunto de metáforas produzido coletivamente e usado segundo determinados propósitos*” (SANTOS, 1996:137).

Podemos, desta forma, chegar à conclusão que no universo do patrimônio arqueológico os próprios patrimônios são os vestígios trazidos à tona através das pesquisas arqueológicas, e por outro lado, constituídos de tal valor pelos próprios propulsores de tais interpretações, os arqueólogos.

“A idéia de uma realidade ficcionalmente construída não é nenhuma novidade. Em diferentes áreas das chamadas “ciências humanas” – assim como nas “ciências naturais” – diversos autores têm focalizado o papel desempenhado por recursos ficcionais na construção de teorias científicas e seus objetos. De diferentes modos, essa perspectiva é elaborada em contraposição às concepções positivistas da ciência e que a tomam como uma forma suprema de conhecimento, equacionando-a a uma razão ahistórica situada acima dos conflitos e incertezas humanas” (SANTOS 1996:15).

Assim se a interpretação sobre o patrimônio cultural é, como dito, anteriormente um “discurso”, cabe aos formuladores a responsabilidade não só de “criar”, mas também direcionar a “oratória”. E para isto devemos propor uma interpretação intrínseca, voltada para o particular onde, “...o olhar dos habitantes e dos visitantes para os detalhes do lugar, amplia a atenção, movendo-a de um “objeto de arte”, para uma perspectiva mais geral no tocante à preservação, conservação e desenvolvimento do lugar” (MURTA & ALBANO, 2002:94). Esta responsabilidade, não só de inteligibilidade do patrimônio mas de consciência de gerenciamento sobre o mesmo, deve ser portanto o fio condutor destas ações sobre o patrimônio, e neste caso, o patrimônio arqueológico, perpassando tanto o objeto como a ciência, assim:

“Então, entre os fatos do passado e nós mesmos, está a nossa visão de passado, construída através da educação, das idéias e crenças predominantes do nosso tempo e de nossa sociedade em particular, e este conhecimento, que parte da ciência, da filosofia e da religião, nos ajuda a construir as hipóteses, que obviamente, não são fáceis, porem como verifica-las? Assim a seguinte pergunta nos parece muito legítima; que passado queremos conhecer?, o que existiu e o que queremos que exista? Como saber cientificamente que existiu de uma maneira ou de outra?”⁴ (ORELLANA, 2003).

O PENSAR UMA “ARQUEOLOGIA”...

“A arqueologia é antes de mais nada uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até a actualidade. Há uma arqueologia pré-histórica, como existe, por exemplo, uma arqueologia contemporânea” (JORGE, 2000:11).

A arqueologia além de ser vista desta forma totalitária, também pode ser entendida como um conjunto de construções intelectuais que estuda os vestígios materiais produzidos pelo o homem de um determinado lugar e em um determinado tempo. Mas nem sempre esta consciência que o olhar arqueológico desperta esteve presente na prática desta ciência. Para isso, é importante primeiro desenhar rapidamente a idéia do que é esta “ciência”, segundo alguns autores, e o quanto as formulações criadas podem ser diferentes, mesmo partindo de um ponto de vista comum para todos: os vestígios materiais.

⁴ “Entonces, entre los hechos del pasado y nosotros, está nuestra visión del pasado, lograda a través de la educación, de las ideas y creencias predominantes de nuestro tiempo y de nuestra particular sociedad; y este conocimiento, que parte de la ciencia y/o de la filosofía y/o de la religión, nos ayuda a construir las hipótesis, que obviamente, nos son caras, pero ¿cómo verificarlas? Así la siguiente pregunta nos parece muy legítima; ¿qué pasado queremos conocer?, ¿el qué existió o el qué queremos que exista? y ¿cómo saber científicamente qué existió de una manera y no de otra?” (ORELLANA, 2003) Documento da Internet.

A arqueologia surge enquanto estudo sistemático somente na primeira metade do século XX na Europa; até então era tida como uma prática de colecionadores e amadores que não se preocupavam com uma metodologia para o recolhimento dos objetos, pois estes serviam somente para encher os chamados “gabinetes de curiosidades”. Este desenvolvimento da ciência no século XX assiste a incorporação de novas problemáticas como: preocupações tipológicas e cronológicas, melhorias nas técnicas de campo, início da fotografia aérea (e mais tarde a arqueologia da paisagem) e preocupações com uma perspectiva ecológica (restos de fauna e flora).

Denominada de escola “histórico-culturalista”, esta corrente tinha como objetivo identificar uma determinada cultura através de uma coleta de dados com rigor empírico e onde as informações para a interpretação dos objetos devessem vir dos mesmos ou através do seu contexto (disposição no tempo e no espaço). Apresentando um caráter prático, essa arqueologia estava também permeada dos ideais de construção dos estados nacionais e do pensamento científico em voga na época, (primeira metade do século XX) conduzido pelos preceitos positivistas e evolucionistas. *“Nos meados do século dá-se a descoberta do método de datação pelo carbono 14, que viria acabar com muitas explicações difusionistas e permitir o estabelecimento de comparações dos processos de evolução cultural à escala do globo”* (JORGE, 2000:13). Com esta inovação a arqueologia acende do nível prático ao embate no campo teórico, o que vai se consolidar com a exposição de novos paradigmas para esta ciência.

Na década de 1960, nos E.U.A., surge uma nova corrente no pensamento arqueológico conhecida como “Nova Arqueologia”, enquanto na Inglaterra fica conhecida como “Arqueologia Processual”. Esta escola vê a necessidade de se buscar leis gerais no estudo das sociedades através dos seus vestígios materiais e em especial sua adaptação ao meio ambiente. Através da formulação de hipóteses e a verificação nos dados, propõem-se a explicação de processos totais. A cultura é vista como um sistema composto de vários sub-sistemas (tecnológico, subsistência, comunicação) que interagem através de múltiplos sentidos. Este movimento entre as esferas é materializado na cultura, e com isto o registro arqueológico é tido como um composto diversificado porém simplista, rompendo com a percepção linear e etapista. Desta forma as sociedades podem ser entendidas como meros depositários de “leis” transculturais e que basta uma certa generalização para que sejam abarcadas.

“Iniciou-se então, ou ganhou novo alento, uma arqueologia de grandes projetos interdisciplinares, orientados por objectivos definidos, abarcando regiões inteiras, e procedendo por vezes por amostragem estatística, tanto ao nível da prospecção, como da escavação” (JORGE, 2000:14).

Assim, a “New Archaeology” pretende desvelar como as sociedades se inserem no contexto mais amplo, e vai buscar na soma com outras disciplinas a formulação de hipóteses e a aplicação de métodos testáveis nas investigações, principalmente baseados na matemática e na biologia, como forma de construir uma ciência objetiva (HODDER, 1999:3). Esta nova corrente também se serve da antropologia para o estabelecimento de uma idéia de renovação que:

“...remediasse as limitações da Arqueologia Tradicional, que era considerada pouco científica na explicação do passado. Pretendiam converter a Arqueologia em um estudo sistemático, de maneira que os fenômenos se pudessem explicar como algo ahistórico”⁵ (LUCENA MARTÍN, 2002).

Este cientifismo exacerbado, tão propagado na década de 70, acaba por criar certos “tipos ideais”⁶ para todas as sociedades, não importando espaço e tempo, aos quais os vestígios arqueológicos não tem nenhuma outra função a não ser encaixar-se.

Por outro lado na década de 1980, na Inglaterra, surge uma corrente paralela no pensamento arqueológico, denominada “Pós-processual”. Esta escola, em contradição direta com a corrente processualista ou nova arqueologia, busca uma pluralidade de investigação e um certo relativismo. O objeto adquire um valor simbólico portador de diversos significados. A chamada “*apreensão contextual*” do objeto vê que podem existir diferentes tipos de significado que vão desde os processos estruturados das relações econômicas e sociais até os conteúdos dispersos em códigos simbólicos (HODDER, 1994:163).

Nesta perspectiva o que importa é a qualidade dos achados e não sua quantidade.

Desta maneira, os vestígios materiais são somente “reflexos” de ações executadas no seio da sociedade por indivíduos, o que caracteriza o objeto como um resíduo de ação social, um elemento único que comporta diversos outros. Após o clima de confiança propagado pela *new archeology* nos anos 60, as reflexões do pós-processualismo em plena década de 80 trazem dentro de um clima de crítica conceitual e metodológica que tinha todas as manifestações da pós-modernidade, um ataque a sua predecessora, a seus conceitos reducionistas e deterministas. Porém, parece que esgotado este poder de crítica, a arqueologia pós-processual não consegue estabelecer novos meios interpretativos ou metodologias, mas ao contrário, chama a atenção para a “...*impossibilidade de uma aproximação objetiva na interpretação do passado*”⁷ (LUCENA MARTÍN, 2002).

⁵ “...remediasse las limitaciones de la Arqueología Tradicional, a la que consideraban poco científica en la explicación del pasado. Pretendían convertir la Arqueología en un estudio sistemático, de manera que los fenómenos se pudiesen explicar como algo ahistórico”(LUCENA MARTÍN, 2002). Documento da internet.

⁶ Conforme Marx Weber que estabelece um sistema de tipos ideais através de conceitos definidos por critérios pessoais, nos quais baseia seu estudo sobre o capitalismo, burocracia, patrimonialismo, etc (WEBER, 1996). Documento da Internet.

⁷ “...*imposibilidad de un acercamiento objetivo en la interpretación del pasado*”(LUCENA MARTÍN, 2002).

No Brasil, a arqueologia vai obedecer um caminho tanto quanto inverso, primeiramente por ser desprovida de caráter monumental e em segundo por ter sido diretamente influenciada por referenciais externos. As primeiras perspectivas arqueológicas surgiram com os viajantes/naturalistas, do final do século XVIII e início do século XIX, e tiveram no apoio dos museus um forte incentivo para a realização de pesquisas que tinham por preceito geral o entendimento e a preocupação sobre o ocorrido na América.

“Seguiu-se um período de efervescência científica na arqueologia brasileira não só quanto ao levantamento de dados primários com expedições, escavações e montagem de coleções, mas também quanto à formulação de hipóteses e teorias sobre a origem e filiação cultural dos índios brasileiros. Tendo em vista a tardia criação de centros universitários no país, foi dentro dos museus que pesquisa e teoria foram desenvolvidas” (BARRETO, 2000:37).

Assim a arqueologia servia-se e era propagadora das “questões investigativas”, levadas a cabo por instituições de pesquisa em voga no início do século XIX.

“Nesse sentido os museus etnográficos cumpriam uma inusitada função local. Ajudando a delimitar o atraso ou reafirmando a inferioridade da miscigenação e das raças formadoras, acabavam por encampar, de forma específica, os debates da intelectualidade da época interessada nos rumos deste país” (BUENO & MACHADO, 2003).

Mas esta arqueologia desenvolvida nos museus não possuía um aspecto popular em função do seu hermetismo. Tão pouco acontecia na esfera acadêmica, já que a prática na universidade só se dava através de ações isoladas. Esta singularidade da arqueologia brasileira, ou mesmo tida como uma “prática de poucos”, acaba por ser um espaço fértil para a influência externa. *“Franceses e norte-americanos deixaram marcas profundas no desenvolvimento da arqueologia brasileira por toda a segunda metade do século XX”*(BARRETO, 42:2000). Estas escolas acabam por legar e (senão determinar à arqueologia brasileira) tanto um treinamento metodológico (escavações palinográficas, análise de material lítico) quanto preceitos teóricos (Pronapa, fases, tradições), fundamentando-se em ações distantes e desvinculadas de uma especificidade nacional, o que culmina na formação de uma geração calcada essencialmente na prática, em técnicas de pesquisa de campo e laboratório, mas sem uma orientação e criação teórica explícita. Esta incorporação do fazer (treinado) e do pensar (acrítico) forjam, nas décadas de 60 e 70, uma comunidade arqueológica brasileira, pautada pelo provincianismo, concretizado no estabelecimento de “feudos de pesquisa.”⁸

“Vemos também que a constante insistência em atingir o máximo de objetividade possível, observando, descrevendo e defendendo uma postura de neutralidade frente aos fatos, legou-nos por um lado importantes e acuradas observações e, por outro, uma arqueologia essencialmente descritiva e pobre de interpretações” (BUENO & MACHADO, 2003).

Mas modificações começam a ocorrer no final do século XX no Brasil, com aumento de pesquisadores e instituições de pesquisa, assim como a incorporação de problemáticas internacionais nos estudos desenvolvidos.

“Contudo, a partir do ano de 1980, o aparecimento de uma segunda geração de arqueólogos brasileiros, agora não só com formação acadêmica especializada no Brasil e no exterior, mas também com projetos teóricos mais bem definidos, começou a mudar o tipo de arqueologia feita no país”(BARRETO, 2000:46).

Junto a isto soma-se a prática da arqueologia de contrato, decorrente da implantação de empreendimentos que afetam direta ou indiretamente o patrimônio arqueológico, que tem por principal função o resguardo e manutenção destes bens. Espaço prático, mas acima de tudo responsável, a arqueologia de salvamento começa a modificar o panorama das pesquisas no país: *“Esse fato causou uma mudança na profissão de arqueólogo, que passa de estritamente acadêmica para uma ocupação do 'mundo real', na qual a legislação e a política pública são um dos componentes principais”* (MELLO, 2003). Mas estas realizações na arqueologia de contrato ainda passam por uma dificuldade maior que é a própria postura crítica e ética do fazer arqueológico, onde a consciência sobre as ações tomadas tem que passar obrigatoriamente por uma reflexão, não só de referenciais teóricos ou escolhas metodológicas, mas sobretudo dos objetivos propostos à serem alcançados.

O PENSAR DO CONSTRUIR: A ARQUEOLOGIA PATRIMONIAL.

Depois deste breve histórico sobre o pensamento arqueológico, devemos nos preocupar com que tipo de construções são estabelecidas a partir do seu ponto comum: o “objeto” de estudo. Pois, todo o acúmulo de material produzido pelo homem faz parte do universo de análise da arqueologia, desde o menor objeto apreensível até a maior modificação observável na paisagem. E como materialidade da cultura, ou seja seu suporte físico, tais criações humanas são patrimônios culturais. Desta forma *“...podemos afirmar, então, que a Arqueologia estuda os bens culturais”* (NAJJAR et alli, 2002:11).

⁸ Aqui podemos relembrar as autorizações do IPHAN cedidas na época, que permitiam a um pesquisador por tempo indeterminado conduzir todas pesquisas em áreas às vezes superiores a um estado!

Então, se os bens culturais são o objeto de estudo da arqueologia, e o verdadeiro estudo sobre o patrimônio é o estudo de construções intelectuais, utilizaremos as colocações de Jean-Claude Gardin para esclarecer o que vem a ser evidentemente a arqueologia enquanto construção.

“Para minha presente proposta, a arqueologia é o universo de construções intelectuais fundadas sobre o exame de objetos e monumentos quaisquer, com ou sem inscrições, e em último caso sobre essas mesmas inscrições, como também de todas as outras fontes escritas, quando elas podem enriquecer de uma maneira ou de outra os conhecimentos tirados da análise dos monumentos”⁹ (GARDIN, 1979:18).

Para Gardin, deve-se considerar sempre a variedade dos objetos e monumentos entendidos como “cultura material”. Para isso, é admissível que a competência da arqueologia se estenda a todo o tipo de vestígio, sem exclusão. Mas para o autor, a veracidade das construções arqueológicas não está nos objetos em si, mas na natureza das seqüências operatórias de raciocínio, seguidas de seus comentários.

Pôr sua vez, esta seqüência operatória ocupa o espaço de uma formulação que pretende ser o entendimento em um plano conceitual do próprio objeto. Quando esta formulação fundamenta-se numa apreensão superficial do objeto, todas as construções seguidas tornam-se obviamente falhas.

Desta forma, segundo o autor é necessário uma reflexão crítica sobre a linguagem de representação dos objetos na arqueologia. Mas apesar da diversidade do universo de estudo da arqueologia e da diversidade de olhares sobre os objetos, pode-se afirmar: “*que o campo da arqueologia é toda a espécie de construção fundamentada no pouco que seja dos estudos dos vestígios materiais*”¹⁰ (GARDIN, 1979:19). Para melhor esclarecer, também utilizamos o pensamento de Lucena Martin que propõe o movimento da arqueologia por entre duas áreas: o objeto e o pesquisador. Utilizando conceitos filosóficos de *realismo* (em que o objeto conhecido e seu cognescente são entidades diferentes, pois o primeiro existe independente do segundo) e de *determinismo ontológico* (onde a pesquisa científica se fundamenta em formulações de leis que ao mesmo tempo estabelecem limites para tais formulações), chega-se à conclusão que a arqueologia trata da “*...diferenciação entre aspectos materiais e imateriais da cultura, que na filosofia vem a ser conhecido como dualismo, e a crença nas conexões entre ambas*”¹¹

⁹ “*Pour mon propos présent, l’archéologie est l’univers des constructions intellectuelles fondées sur l’examen d’objets ou de monuments quelconques, avec ou sans inscriptions, et le cas échéant sur l’étude de ces inscriptions elles-mêmes, comme aussi de toute autre source écrite, lorsqu’elles peuvent enrichir d’une manière ou d’une autre les connaissances tirées de l’analyse des monuments*” (GARDIN, 1979:18).

¹⁰ “*...le champ de l’archéologie est toute espèce de construction fondée si peu que ce soit sur l’étude des vestiges matériels...*” (GARDIN, 1979:19).

¹¹ “*la diferenciación entre aspectos materiales e inmateriales de la cultura, que en filosofía viene conocido como dualismo, y la creencia en las conexiones entre ambas*” (LUCENA MARTÍN, 2002).

(LUCENA MARTÍN, 2002). Mas, como visto anteriormente este “processo interpretativo” em arqueologia não é de forma alguma idôneo.

“Se realiza então uma assimilação entre o objeto de estudo e o de referência. A primeira objeção a este processo é que não dispomos de uma caracterização tão profunda e completa do monumento passado estudado, como o do que utilizamos como partida, de maneira que finalmente estabelecer relações entre ambos não é satisfatório. Sem restrição, realizamos uma transposição dos dados que caracterizam o monumento presente a este outro passado, e efetuamos processos de indução e dedução não a partir do monumento passado, se não do presente”¹² (LUCENA MARTÍN, 2002).

Retomando Gardin, podemos definir o que vem a ser os demarcadores intelectuais da arqueologia e dividi-los em duas grandes categorias. A primeira categoria envolveria as formas de aquisição dos objetos através das práticas de escavação, métodos de prospecção, técnicas de preservação, etc. A segunda considera as construções arqueológicas onde estariam as “*operações mentais*”, pelas as quais os objetos recebem ou são acrescidos de um “*enunciado de proposições racionais*”: os atributos cronológicos, geográficos ou as inferências sobre a relação do objeto na organização social, econômica ou política de determinado grupo, chegando portanto à sua funcionalidade.

Podemos esquematizar assim o tratamento da informação arqueológica: primeiramente temos a coleta do material e a composição da coleção de estudo para, depois, ocorrer a interpretação através do acréscimo de comentários ou de formulações ou de proposições. O autor chama bastante atenção para o fato que a aquisição dos dados informativos na arqueologia, seja através de técnicas de coleta ou tipos de constituição de coleções, não se reduzem somente às operações ditas mecânicas, mas que estes atos são nada mais que “frutos” de determinados pré-condicionamentos. E que, em um segundo momento, existe uma interação evidente entre estas duas categorias de construção, pois tanto a coleta como as proposições são subordinadas à certas “estratégias de observação”, em alguns casos explícitas e em outros não. Assim forma-se um esquema de retroação, ou quase um ciclo, em que o produto advindo da coleta de dados condiciona seu próprio tipo de coleta. Pois desta forma, o processo de aquisição do material arqueológico é orientado segundo um plano técnico ou tático preestabelecido, resultando em que o pensar que os objetos suscitam acaba por condicionar as próprias formas de aquisição e, por sua vez, um novo pensar que vai

¹² “Se realiza entonces una asimilación entre el objeto de estudio y el de referencia. La primera objeción a este proceso es que no disponemos de una caracterización tan prolija y completa del momento pasado estudiado, como del que utilizamos como plantilla, de manera que finalmente establecer relaciones entre ambos no es satisfactorio. Sin embargo, realizamos una transposición de los rasgos que caracterizan el momento presente a ese otro pasado, y efectuamos procesos de inducción y deducción no a partir del momento pasado, sino del presente” (LUCENA MARTÍN, 2002).

realimentar todo o processo novamente, e assim por diante. Da mesma forma crítica este fazer arqueológico também é abordado no pensamento de Lucena Martín:

*“O número de interpretações plausíveis a um problema é inversamente proporcional a quantidade de dados que os sentidos nos proporcionam, e o nível de certeza que se alcança é maior nos casos em que as explicações são poucas”*¹³ (LUCENA MARTÍN, 2002).

Portanto, quando as informações a respeito de alguma coisa são muito poucas, isso acaba por gerar uma proliferação de hipóteses explicativas, ao contrário do que seria necessário, ou seja, o estudo sistemático e descritivo do tema. Assim essas hipóteses não vem do objeto de estudo mas sim *“...baseadas na experiência pessoal, gerencial, nos paradigmas prevalecentes, e nos motivos ideológicos”*¹⁴ (LUCENA MARTÍN, 2002). E aqui é importante que se defina uma linha entre os dois casos - o que é inserido e o que é extraído do objeto - e quando ambos são implícita ou explicitamente realizados.

*“Pelo contrário não corresponde somente a quantidade e natureza da informação definir ambas as categorias, se não também o sujeito cognescente, e por suposto, as circunstâncias sociais, políticas...em que este se desenvolve. O passado, por si, não oferece e não admite interpretação. Não admite significação, porém sim, uma descrição ordenada. A descrição propõe uma capacidade de sugerir de que a explicação carece. A informação que resulta dos trabalhos de investigação não permanece estanque, se infiltra de diversas maneiras controladas e incontroladas, consciente e inconsciente. Nem todo o discurso arqueológico escrito, que é uma parte somente do trabalho arqueológico de campo e laboratório, é acessível ao público em geral”*¹⁵ (LUCENA MARTÍN, 2002).

Mas se de um lado temos o arqueólogo, de outro temos a própria Arqueologia. *“Em sentido oposto operaria a influência que a Arqueologia exerce sobre a sociedade, através de construções não inocentes do que se considera culturalmente correto”*¹⁶ (RUIZ ZAPATERO, 2002). Este pensamento nos coloca a questão não só do pensar o patrimônio e a

¹³ *“El número de interpretaciones plausibles a un problema es inversamente proporcional a la cantidad de datos que los sentidos nos proporcionan, y el nivel de certeza que se alcanza es mayor en los casos en que las explicaciones son pocas”* (LUCENA MARTÍN, 2002).

¹⁴ *“...basadas en la experiencia personal, generacional, en los paradigmas prevalecientes, en motivos ideológicos”* (LUCENA MARTÍN, 2002).

¹⁵ *“Por el contrario no corresponde sólo a la cantidad y naturaleza de información definir ambas categorías, sino también al sujeto cognoscente, y por supuesto, a las circunstancias sociales, políticas... en las que éste se desenvuelve. El pasado, per se, no ofrece y no admite interpretación. No admite significación, pero sí una descripción ordenada. La descripción posee una capacidad de sugerir de la que la explicación carece. La información que resulta de los trabajos de investigación no permanece estancada, sino que se filtra de diversas maneras controladas e incontroladas, de manera consciente e inconsciente. No todo el discurso arqueológico escrito, que es una parte sólo del trabajo arqueológico de campo y laboratorio, es accesible al público en general”* (LUCENA MARTÍN, 2002).

¹⁶ *“En sentido opuesto operaría la influencia que la Arqueología ejerce sobre la sociedad, a través de construcciones no inocentes de lo que se considera culturalmente correcto”* (RUIZ ZAPATERO, 2002).

arqueologia, mas sim o campo da prática destes dois conceitos, no que podemos definir como sendo uma *Arqueologia Patrimonial*. Como forma de referência, para esta *práxis*, uma relação dialética pode ser proposta sobre o tema: enquanto a tese pode ser interpretada como o sítio e a antítese o próprio arqueólogo, o que temos como resultado é uma síntese ou o próprio patrimônio arqueológico. Momento este que é construído exatamente na interação entre o objeto e o pesquisador, ou seja, este último servindo-se do conhecimento advindo do seu objeto de estudo, parte para a elaboração de um determinado saber¹⁷, que em última instância, é um conhecimento elaborado “sobre” o objeto e não “do” objeto em questão. A dialética aqui imposta é inevitável tanto para o pesquisador como para o objeto, e no caso, entre o arqueólogo e o sítio em que o produto é consolidado através do discurso. Mas, dentro de toda esta construção, uma assertiva deve sempre ser lembrada : o discurso elaborado *sobre* o objeto é sempre inversamente proporcional ao conhecimento adquirido *do* mesmo.

“A arqueologia “explodiu”, nos nossos dias, numa multiplicidade de arqueologias diferentes. No sentido cronológico, como se sugeriu no início, falamos de uma arqueologia pré-histórica, de uma arqueologia romana, como de uma arqueologia moderna ou de uma arqueologia contemporânea, por exemplo. No sentido temático, conforme ao aspectos da sociedade ou da realidade a que os autores dão mais relevo, podemos ter uma arqueologia económica, uma arqueologia social, uma arqueologia simbólica, uma arqueologia do género, uma arqueologia espacial, uma arqueologia rural, etc. No campo das relações interdisciplinares, falamos em arqueozoologia, arqueometria, geoarqueologia, etnoarqueologia, etc. Quando nos referimos aos diferentes “meios” em que a arqueologia é praticada, podemos falar de uma arqueologia subaquática, de uma arqueologia urbana, etc. Para traduzir diferentes opções epistemológicas, referimo-nos à arqueologia processual, à arqueologia contextual, à arqueologia marxista, à arqueologia estrutural, à arqueologia pós-processual, etc. Quando, tradicionalmente, queríamos caracterizar diversas vocações institucionais ou de serviço, falávamos por vezes de arqueologia da investigação ou “universitária” *versus* arqueologia de salvamento ou de emergência (arqueologia patrimonial) – mas deve dizer-se que esta é uma dicotomia perversa, pois, na verdade, toda a arqueologia é investigação ou não é, verdadeiramente, arqueologia, mas uma prática rotineira sem sentido, sem qualidade e sem aproveitamento para a sociedade que a financia” (JORGE, 2000:16).

Seguindo o pensamento de Oliveira Jorge, a arqueologia, como forma investigativa, propõem-se a certos resultados, e estes por sua vez são limitados por diversos contingentes, alguns do próprio objeto e outros independentes a este. Desta forma devemos ter em mente quais são estes limites e o quanto a investigação pode avançar ou acrescentar. Para uma proposta de ciência explicativa a arqueologia deve abandonar o discurso, por muitas vezes excessivamente literário, e assumir um papel responsável no campo das ciências humanas e frente ao patrimônio cultural.

¹⁷ Entendido aqui como forma de ter conhecimento, informação ou notícia de algo; e também nestes casos

O CONSTRUIR DO PENSAR: O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO.

“Mas, para além de ser uma forma de conhecimento, e sobretudo um modo de ver a realidade, a arqueologia é também uma actividade profissional, um serviço, que incide sobre uma área do património cultural permanentemente ameaçada pelas grandes obras contemporâneas e, portanto, com importância crescente no mundo em que vivemos” (JORGE, 2000:11).

A problemática de se lidar com uma definição do quem vem a ser o património arqueológico presente em diversas discussões, desde o pensar no âmbito científico até a prática da proteção sobre os bens ameaçados, expõe a necessidade de um exercício sobre este termo. Mas, a primeira pergunta a se fazer é: o que é património arqueológico?

Como uma resposta inicial podemos utilizar as formulações da Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (CEPPA, 2002), como também da Carta de Lausanne (CURY, 2000) sobre Proteção e Gestão do Património Arqueológico. Portanto, para fins legais, fica estabelecido que o património arqueológico é todo produto material que faça relação ou alusão à memória humana; esteja em superfície, no subsolo ou sob às águas. Assim, serão considerados elementos do património arqueológico todos os vestígios, bens e outros indícios; cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade (tempo) e a sua relação com o ambiente (espaço); e cuja principal fonte de informação é constituída por métodos arqueológicos que forneçam os conhecimentos primários a cerca do tema. Assim podemos estender e perguntar: o que entendemos por Património Arqueológico Brasileiro?

“Antes de considerarmos propriamente o património arqueológico brasileiro, é preciso ainda esclarecer outras questões preliminares. De início, salienta-se que tal património é constituído por coisas físicas, restos materiais de atividade cultural e seu contexto. Esses vestígios, mais tecnicamente, teriam que ser considerados componentes da *cultura material*, isto é, aquele segmento do universo físico que é socialmente apropriado pelo homem e que engloba tanto objetos, utensílios, estruturas como a Natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano. Os artefatos, segundo tal partido, teriam que ser compreendidos, em última instância, como *produtos* de relações sociais, de um lado, e como *vetores* dessas mesmas relações sociais, de outro. Em segundo lugar, convém afirmar que a unidade empírica básica da arqueologia é o sítio arqueológico, compreendido como um espaço de concentração de vestígios arqueológicos, mas constituindo ele próprio um “artefato” e não somente o depósito de “achados” arqueológicos”(MENESES, 1987:186).

O autor Ulpiano Bezerra de Menezes, nos apresenta em seguida quais são as diretrizes para o entendimento e conseqüentemente valorização do património arqueológico (aqui

estar convencido de algo, seja através de uma instrução ou do próprio estudo.

especificamente brasileiro). Centrado em um jogo de desconstrução e construção, a importância do patrimônio arqueológico revela-se de forma extensível e completa, pois a percepção de sua preservação ou contribuição é alicerçada sobre questões gerais, campo que envolve toda a sociedade.

Assim, conforme o autor, são três as classes que determinam o afastamento e desvalorização do patrimônio nacional: primeiro, a relação do patrimônio com as raízes da cultura brasileira, e aqui ocorre uma distinção, ou *“ruptura e descontinuidade”*, em que os elementos arqueológicos referentes à diferentes grupos (indígenas, negros, portugueses, etc) são apropriados e significados de forma desigual, propagando o pensamento segregacionista e elitista da sociedade. Em segundo, que os elementos referentes a estes mesmos grupos, por sua vez, também possuem uma significação restrita e segmentada quando tratados isoladamente, *“...por seu lado, o ufanismo não encontraria muito combustível numa competição de contribuições à humanidade...”* (MENESES, 1987:187), pois a *“vulgarização”* dos achados ou sua *“universalização”*, por muitas vezes, está comprometida aos limites do próprio achado, se não bem explorado. E por fim, quanto aos sítios em si, pois à estes falta o *“...espetaculoso como os Andes ou a Mesoamérica”* (MENESES, 1987:187), onde a falta do visível, do grandioso, por vezes, limita ainda mais sua popularização, disseminação e apropriação entre toda a sociedade.

Mas diferentemente outros elementos, agora de valorização, apresentam maiores justificativas para a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, e aqui novamente são colocadas três classes. Primeira, a *razão científica*, pois os sítios, *“independentemente de sua expressão formal ou interesse estético, são matéria-prima essencial para o conhecimento científico”* (MENESES, 1987:188). Aqui os achados absorvem tanto um valor nacional quanto internacional, representando toda a humanidade e seus segmentos em processo diacrônico. Em segundo, temos a *razão afetiva* onde, *“...se com a memória se explora a dimensão temporal do homem, com a “pertença” está em cena o conteúdo espacial da existência”* (MENESES, 1987:188). Pois o homem mantém no *“espaço”*, referências e identificações diretas com o lugar em que habita ou com lugar que tem por herança, em um processo sincrônico. E por último temos a *razão política*, *“...e por “político” é bom desde logo entender aquilo que diz respeito à polis, à cidade governada por seus cidadãos; portanto, à cidadania”* (MENESES, 1987:189). E neste campo ficam entrelaçadas as razões pessoais, em somatória com a percepção social e plural do patrimônio arqueológico, que, ao mesmo tempo, além de representativo de alguns, interfere e interage com a vivência de muitos. *“Como uma forma de reapropriação, pelo cidadão, daqueles bens de alcance social e de que ele foi expropriado pelas diversas formas de domínio e exploração”* (MENESES,

1987:189). Assim em separado ou em conjunto estes são alguns elementos significantes para o patrimônio arqueológico brasileiro.

Mas na constituição do que vem a ser patrimônio arqueológico permanece uma questão que merece ainda acuro e para tanto vamos explorá-la mais um pouco.

Segundo o pensamento do arqueólogo e poeta Vitor Oliveira Jorge, o patrimônio arqueológico existe em qualquer meio, seja terrestre ou aquático, e caracteriza-se por sua dispersão no espaço, estando oculto ou não, e portanto pode ser sintetizado como: qualquer modificação na fisionomia natural. *“Precisamos também de sublinhar constantemente esta especificidade do património arqueológico: como disse, ele está, em larga medida, oculto”* (JORGE, 2000:62). Mas, para o autor a idéia de patrimônio e de arqueologia são conceitos separados, porém utilizados muitas vezes vulgarmente em conjunto. O primeiro encerra não só o valor de concreto, mas também de proposta, quando torna-se elemento de cidadania e identidade, porque prega e exacerba o valor sentimental que possui. A arqueologia, por sua vez, é um saber, e como tal palco de ambigüidades, de um lado vista como pormenor da história, como estudo de restos, e de outro como uma forma de ver o mundo, compreender a realidade material que nos cerca. Porém para o autor esta realidade e consequentemente este “tipo” de patrimônio, o arqueológico, passa por uma certa noção:

“Ora, essa realidade que nos rodeia não é, num certo sentido, nossa contemporânea; é anterior a nós, não nasceu conosco, foi em larga medida “herdada”, e é em função do sentido activo que prestamos a essa herança que a podemos reorientar de forma consciente e criativa. O mundo que nos envolve, a que pertencemos, está pejado de materialidades que foram implantadas pelos nossos antecessores; é um mundo arqueológico. Nesta acepção, arqueológico não é apenas o que está soterrado ou submerso, ou o que desponta ou emerge como ruína. Não é apenas o que escavamos e trazemos à luz. Arqueológico é todo o espaço, todo o conjunto de realidades materiais em que vivemos, e que balizam os nossos movimentos e dão sentido às nossas acções. Não devemos actuar sobre esse mundo como predadores, ou como engenhosas crianças que pudessem montar e desmontar as peças de um “mecano” como se de um brinquedo se tratasse. Há uma ética da nossa relação com o mundo material, com a memória colectiva, como há na relação com os outros e conosco próprios. A arqueologia é um modo de ver o mundo que o instaura como palco de um conjunto infinito de acções, cuja inteligibilidade só pode vislumbrar se formos capazes de tentar reconstituir a respectiva cadeia” (JORGE, 2000:130).

Portanto, para o autor, a arqueologia transpassa o seu próprio objeto e por sua vez torna-se um processo ativo e dinâmico, um elo de ligação entre a materialidade e a cultura, transmitindo todo este valor ao patrimônio arqueológico. A arqueologia é feita de “passado”, mas projeta-se para o “futuro” e a idéia de patrimônio é uma representação deste futuro pretendido. Com este discurso político, a arqueologia, no entender de Oliveira Jorge, vai além de um mero acúmulo de técnicas para ser uma forma de ver o mundo. O patrimônio arqueológico é tido como um sinal palpável de coesão social, onde a representação plural está materialmente

consolidada, e estes “sinais” não são formados só pelo monumento, mas por todo o envolvente que quase se confunde com o meio-ambiente, com as pessoas, com idéias, com as ações. “*O que o passado nos legou foram paisagens inteiras humanizadas – e não apenas sítios, ou imóveis particularmente notáveis*” (JORGE, 2000:91). Para a arqueologia de Oliveira Jorge, o patrimônio não é estático, mas escondido e por vezes até despercebido, em coisas frugais ou como mais ordinariamente dito – o “lixo” – mas que através do “olhar do arqueólogo” pode ser devolvido a sociedade, realmente desvelado de forma (re)significada e esclarecida. A sociedade que por sua essência é plural, torna-se palco de representação onde uma ciência social que lida com o trivial, com o cotidiano, pode e deve dar voz a todos. Assim a arqueologia, e por conseguinte o seu objeto de estudo assume um papel democrático, como representante direto de todos e para todos.

“Os arqueólogos não são as únicas pessoas com genuíno interesse no passado. Como outros, o foco particular dos arqueólogos pode ser seletivo (cerâmica ou reis?). Como as teorias arqueológicas mudam, novos aspectos de variabilidade assumem significado. Os arqueólogos não estão sozinhos em considerar o conhecimento do passado como um valioso produto, nem estão eles imunes às políticas que envolvem o controle de algum recurso avaliado. Contudo, os arqueólogos ocidentais trabalhando no terceiro e quarto mundo têm uma qualidade singular: eles são membros de um sistema de política dominante”¹⁸ (LAYTON, 1989:18).

Com isto uma atitude política se faz necessária no fazer arqueológico patrimonial.

“*A arqueologia estuda a realidade material – mas essa realidade material, ao ser instituída como objecto científico, torna-se numa realidade teórica, produto de uma grelha conceptual*” (JORGE, 2000:132). Este pensamento do autor retoma o que já foi discutido anteriormente, quando da apresentação da arqueologia e do patrimônio na forma de construções intelectuais, e assim a proposta a ser seguida neste texto também perpassa pela noção de ética na *práxis* arqueológica, ou na construção do patrimônio arqueológico.

Segundo Randall H. MacGuire, por durante mais de três décadas os arqueólogos procuraram elaborar teorias, filosofias, metodologias ou técnicas que fossem capazes de responder às questões impostas pelo passado. Mas o mais importante, segundo o autor, neste estudo do patrimônio arqueológico é a noção de *práxis*, já que “...os arqueólogos construíram um conhecimento acreditável do passado em um compromisso ativo e num diálogo entre eles mesmos e a cultura material que era estudada”¹⁹ (MACGUIRE, 1992:248). E para isto tem-se sempre claro que nunca consegue-se um perfeito conhecimento

¹⁸ “*The archaeologists are not the only people with genuine interest in the past. How other, can the focus peculiar of the archaeologists be selective (ceramic or kings?). How do the archaeological theories change, do new variability aspects assume meaning. The archaeologists are not alone in considering the knowledge of the past as a valuable product, nor they are them immune ace politics that involve the control of some appraised resource. However, the western archaeologists working in the third and fourth world has a singular quality: they are members of a system of dominant politics*” (LAYTON, 1989:18).

¹⁹ “...the archacologists have built up a credible knowledge of the past through na active engagement in a dialogue between ourselves and the material culture we study.” (MACGUIRE, 1992:248).

do passado, mas séries sucessivas de aproximações e que o mais fundamental neste processo é justamente a dialética imposta e o produto proveniente entre o passado e o presente, consciência e realidade e principalmente entre “a teoria e a prática”.

Pois é nas colocações de Ruiz Zapatero que encontramos algumas reflexões sobre a práxis na arqueologia, principal referencial para a construção de uma síntese entre pensar e fazer o patrimônio arqueológico. Já que a práxis, como forma de superação, é vivida de diversas maneiras não só como ciência mas enquanto política, social, pública e, porque não, verdadeira.

“Os ícones arqueológicos como referentes de prestígios são hoje uma realidade. E são uma realidade que – nós gostemos ou não – vão crescer em um futuro imediato. Minha argumentação é que é uma realidade que vai bastante além de uma invenção e que os arqueólogos deveriam ocupar-se da seguinte maneira: (1) analisando o conteúdo e revelando como as construções não são inocentes, (2) avaliando a sua importância e alcance porque, de alguma forma, revelam indiretamente o nível de profundidade da arqueologia em cada sociedade, como reflexo do que se considera “culturalmente correto”, (3) denunciando as construções espúrias que distorçam o passado para produzir unicamente desinformação histórica, e (4) valorando os casos em que os referentes de prestígio são válidos com a perspectiva arqueológica, porque podem ser utilizados, como ponto de apoio para uma boa divulgação arqueológica”²⁰ (RUIZ ZAPATERO, 2002).

Como exemplo, em seu texto “Great Zimbabwe and the Lost City” o autor Martin Hall faz uma reflexão sobre colonização cultural realizada pela Europa na África, e como estas ditas “construções” estiveram ativas no campo da arqueologia, apresentando por diversas vezes uma dualidade entre o real e o imaginado, assim: “Um importante cruzamento entre a mitologia popular e a prática arqueológica vem com a “descoberta” do Grande Zimbabwe.”²¹ (HALL,1995:30) Em 1871, com a descoberta da “evidência tangível” por arqueólogos europeus da antiga lenda africana de uma cidade perdida no interior do continente, inicia-se um verdadeiro conflito sobre as interpretações dadas as ruínas. O autor apresenta esta dualidade recorrente nas afirmativas a respeito das origens da cidade, onde primeiramente, é relacionada a mitos bíblicos devidamente fundamentados em uma lógica colonialista e ocidental e que depois parte dos estudos arqueológicos realizados para se formular dentro de uma noção evolucionista um novo

²⁰ “Los iconos arqueológicos como referentes de prestigio son hoy una realidad. Y son una realidad que - nos guste o no - va crecer en el futuro inmediato. Mi argumentación es que son una realidad que va bastante más allá de la anécdota y que los arqueólogos deberíamos ocuparnos de ellos de la siguiente manera: (1) analizando su contenido y revelando cómo son construcciones no-inocentes, (2) evaluando su importancia y alcance porque, de alguna forma, revelan indirectamente el nivel de calado de la arqueología en cada sociedad, aunque sólo sea como reflejo de lo que se considera “culturalmente correcto”, (3) denunciando las construcciones espurias que tergiversan y distorsionan el pasado para producir únicamente desinformación histórica, y (4) valorando los casos en que los referentes de prestigio son válidos desde la perspectiva arqueológica, porque pueden ser utilizados como puntos de apoyo para una buena divulgación arqueológica” (RUIZ ZAPATERO, 2002). Documento da Internet.

²¹ “One important intersection between popular mythology and archaeological practice came with the “discovery” of Great Zimbabwe.”(HALL,1995:30).

discurso sobre as comunidades autóctones. Segundo o autor as teorias explicativas europeias – no caso do *Grande Zimbabwe* - acabaram por adquirir um problema de interpretação quase inerente aos pesquisadores, o de ser europeu, decorrente das variadas representações que a “cidade perdida” acaba por adquirir frente a população africana. Assim, vários arqueólogos que se diziam extremamente empiricistas e tratavam - segundo o seu discurso - os objetos como se estes “speak for itself” acabam por não perceber as ações implícitas do discurso colonialista sobre suas interpretações arqueológicas. Desta forma, como coloca Hall “Por conseguinte, as suposições destes escritores sobre a inaptidão africana e a inevitabilidade do contato estrangeiro permaneceram tramadas nas interpretações do Grande Zimbabwe”²² (HALL, 1995:43). Desta forma, o discurso constituído a cerca do *Grande Zimbabwe*, se estabelece em uma relação entre o objeto e o pesquisador que perpassa a própria noção deste último.

Portanto não podemos perder de vista que o patrimônio arqueológico é o produto de vestígios pesquisados, somado à valores atribuídos pelos arqueólogos. Através de um processo que compreende tanto os limites e regularidades da realidade material, quanto o universo de formulações intelectuais do pesquisador. Assim, o patrimônio arqueológico enquanto construção é um fato, não que com isto perca seu caráter concreto, mas que, de forma alguma podemos negar seu valor abstrato, que em suma, é o próprio posicionamento político-científico do pesquisador.

Por outro lado a gestão do patrimônio arqueológico não pode ocorrer somente na esfera do material (o que é? como é? quanto tem?) mas também sobre à prática do pensado. Assim a *Arqueologia Patrimonial* insere-se aqui, não por tratar de objetos mas sim de construções, esta arte - entendida enquanto capacidade que tem o ser humano de pôr em prática uma idéia, valendo-se da faculdade de dominar uma matéria - parte do princípio que o patrimônio arqueológico é um “artefato intelectual” ou “produto conceptual”. A *Arqueologia Patrimonial* é o estudo do patrimônio arqueológico enquanto construção, e como preceito deve ter um posicionamento moldado por um fazer responsável e objetivo na sua *práxis*, onde o pensar um patrimônio e o pensar uma arqueologia, são práticas necessárias sobre construções que tratam do universo humano e de sua identificação.

²² “In consequence, these writers’ assumptions of African ineptitude and the inevitability of foreign contact remain woven into the fabric of Great Zimbabwe’s interpretations”(HALL, 1995:43).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil, In: *Revista da Usp*, São Paulo: Ed. USP, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2000.

BUENO, Lucas de Melo Rei. MACHADO, Juliana Salles. *Paradigmas que persistem: as origens da arqueologia no Brasil*, documento em HTML, disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em: 10/09/2003.

Convenção Europeia para a Proteção do Patrimônio Arqueológico, Malta, 1992. documento em HTML, disponível em <http://www.arqueoguia.pt>, acesso em 18/09/2002.

CURUY, Isabelle. Carta de Lausanne, In: *Cartas Patrimoniais*, Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

FONSECA, Maria C. L. Da modernização à participação : política federal de preservação nos anos 70 e 80, In *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional*, N ° 24, Brasília: Ministério da Cultura, 1996.

GARDIN, Jean-Claude. *Une Archéologie Théorique*, Paris: Ed. Hachette, 1979.

HALL, Martin. *Great Zimbabwe and the Lost City*, in: *Theory in Archaeology: A world perspective*, ed. Peter Ucko, Routledge, 1995.

HARDESTY, Donald L. *The Archaeology of Mining and Miners: A View From the Silver State*, Society for Historical Archaeology, Michigan: Ed. Society for Historical Archaeology, 1988.

HODDER, Ian. *Interpretación en arqueologia*, Barcelona: Ed. Crítica, 1994.

_____, Ian. *The Archaeological Process*, Londres: Ed. Blackell, 1999.

JORGE, Vitor Oliveira. *Arqueologia, Patrimônio e Cultura*, Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

LAYTON, R. *Who needs the past? Indigenous Values and Archaeology*, London: Ed. Uniwin Hyman, 1989.

LUCENA MARTÍN, Agustín M^a. *De lo General y lo Particular en Arqueología*, documento em HTML, disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>, acesso em 27/04/2003.

MACGUIRE, Randall H. *Marxist archaeology*, San Diego: Ed. Academmic Press, 1992.

MELLO, Paulo J.C. *Arqueologia e Gestão do Patrimônio*, documento em HTML, disponível em <http://www.comciencia.br>, acesso em: 10/09/2003.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia: valorização do patrimônio arqueológico brasileiro, In: A. Bosi (Ed.), *Cultura Brasileira, Temas e Situações*, São Paulo: Ed. Ática, 1987.

MURTA, Stella Maris & ALBANO, Celina. (Org.) *Interpretar o Patrimônio: um exercício do Olhar*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

NAJJAR, Rosana. DUARTE, Maria Cristina C. et alii, *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração*. Rio de Janeiro: Polígrafo, 6ª SP/ Iphan, 2002.

ORELLANA RODRÍGUEZ, Mario. Entrevista revista *Talón de Aquile*, documento em HTML, disponível em <http://www.uniacc.cl/talon>, acesso em 12/08/2003.

POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em Construção e o Conhecimento Histórico, In: BATISTA, Jane B. *Educação e Patrimônio Histórico-Cultural* (Ed.), Ciências & Letras, N° 27, Porto Alegre: FAPA, 2000.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio, idéia que nem sempre é prática, In: *A construção da cidade*, Brasília: IPHAN, 1998.

RUIZ ZAPATERO, G. *Arqueología e Identidad: la construcción de referentes de prestigio en la sociedad contemporánea*, Documento em HTML, disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>, acesso em: 12/08/2003.

SANTOS, Mariza V. M. Nasce a Academia SPHAN, In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, N° 24, Brasília: Ministério da Cultura, 1996.

SANTOS, Reginaldo. *A retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 1996.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*, Brasília: Ed. UnB, 1996.